

# PADRE VITOR: UM EDUCADOR NEGRO ENTRE A ESCRAVIDÃO E A SANTIDADE

PADRE VITOR: A BLACK EDUCATOR BETWEEN SLAVERY AND HOLINESS  
PADRE VITOR: UN EDUCADOR NEGRO ENTRE LA ESCLAVITUD Y LA SANTIDAD

Marcus Vinícius Fonseca

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, Brasil. *E-mail: mvfonsecas2@yahoo.com.br*

---

**Resumo:** Este artigo apresenta aspectos relacionados à vida de ‘Padre Vitor’, um indivíduo negro que nasceu livre, em 1827, no sul de Minas Gerais, onde teve destacada atuação como padre e professor. Após a sua morte, em 1905, iniciou-se um movimento de culto a sua imagem dando origem a um processo de canonização. Sua canonização segue avançando e junto com ela vai se afirmando sua imagem como um ex-escravo que atingiu a santidade. Escravidão e santidade são aspectos contraditórios dentro da trajetória de ‘Padre Vitor’. Abordamos essa contradição retratando-o fora da perspectiva representada pela ideia de escravo e santo, ou seja, procuramos recuperar seu processo de formação e atuação tratando-o como um ser humano que agiu a partir das condições e possibilidades inscritas no Brasil, do século XIX.

**Palavras-chave:** século XIX; professor; Sul de Minas.

**Abstract:** This article presents aspects related to the life of ‘Padre Vitor’, a black individual who was born free in 1827, in the south of Minas Gerais, where he had a distinguished role as priest and teacher. After his death, in 1905, began a movement of cult to his image giving rise to a process of canonization. His canonization continues to advance and along with it is affirming his image as an ex-slave who has attained holiness. Slavery and holiness are contradictory aspects within the trajectory of ‘Padre Vitor’. We approach this contradiction by portraying it outside the perspective represented by the idea of slave and saint, that is, we seek to recover its process of formation and action treating it as a human being who acted from the conditions and possibilities inscribed in Brazil, of the nineteenth century.

**Keywords:** 19th century; teacher; South of Minas.

**Resumen:** Este artículo presenta aspectos relacionados con la vida del ‘Padre Vitor’, un individuo negro que nació libre en 1827, en el sur de Minas Gerais, donde tuvo un papel destacado como sacerdote y maestro. Después de su muerte, en 1905, comenzó un movimiento de culto a su imagen dando lugar a un proceso de canonización. Su canonización continúa avanzando y junto con ella está afirmando su imagen como un exesclavo que ha alcanzado la santidad. La esclavitud y la santidad son aspectos contradictorios dentro de la trayectoria del ‘Padre Vitor’. Abordamos esta contradicción representando la fuera de la perspectiva representada por la idea de esclavo y santo, es decir, buscamos recuperar su proceso de formación y acción, tratándolo como un ser humano que actuó dentro de las condiciones y posibilidades inscritas en Brasil, de El siglo diecinueve.

**Palabras clave:** siglo XIX; maestro; Sur de Minas.

---

## INTRODUÇÃO

A história da educação vem cada vez mais conferindo destaque em relação aos processos educacionais da população negra, sobretudo em relação aos períodos em que esteve em vigor a escravidão<sup>1</sup>. As pesquisas que tratam desse assunto têm desmistificado a forma de tratamento do tema que foi tradicionalmente marcada por uma forte associação entre ser negro e ser escravo. A característica mais evidente dessa produção, que emergiu na história da educação nas últimas décadas, é a apresentação e o registro dos negros no exercício de diferentes funções sociais, seja na condição de livres ou de escravos. Em meio a essa produção merecem destaque os trabalhos que vinculam indivíduos negros à atividade docente. A atuação dos negros como professores vem revelando diversidade de sujeitos vinculados ao magistério e também a pluralidade de ações desenvolvidas por esses indivíduos, seja no combate à discriminação racial (Silva, 2000; Muller, 2016), ou na articulação de um posicionamento político dentro da sociedade escravista (Schueler, 2016).

Acompanhando essa produção esse artigo procura retratar um personagem singular dentro do quadro representado pelo século XIX brasileiro, no qual teve importante atuação como professor e sacerdote: 'Padre Vitor'. Trata-se de homem negro e pobre que nasceu em 1827, na cidade de Campanha, no sul da província de Minas Gerais. Nessa cidade ele iniciou seu processo de formação escolar que foi concluído no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de Mariana, instituição onde se formou como padre. Em seguida, foi indicado como vigário de Três Pontas, cidade na qual também atuou como professor de francês e latim.

Sua atuação como padre e professor por um longo período, mais de 50 anos, conferiram-lhe fama e prestígio junto à população que passou a reverenciá-lo como um homem santo. Sua morte, em 1905, deu origem a um forte movimento de culto a sua imagem. Esse movimento se desenvolveu com intensidade por todo o século XX gerando um processo de canonização que atualmente está em curso no Vaticano.

A canonização de padre Vitor teve início, em 1989, quando se estabeleceu o processo de verificação da sua vida e da sua fama de santidade. Em 2015, ele foi declarado beato tendo como referência o reconhecimento de um milagre<sup>2</sup>. Seu processo de canonização segue em tramitação aguardando o reconhecimento de mais um milagre que o elevará definitivamente à condição de santo. Esse evento é

---

<sup>1</sup> Para o acompanhamento da análise entre educação e escravidão ver, entre outros: Santos, Mac Cord, & Moreira (2017); Nogueira (2015); Barros (2015); Cury (2020); Bastos (2016).

<sup>2</sup> Padre Vitor tornou-se beato através do reconhecimento de um milagre que foi relatado por uma mulher que, em 2009, recebeu um diagnóstico médico que declarava sua impossibilidade de engravidar. Ela alega que pediu a intervenção divina de padre Vitor e logo, em seguida, alcançou a graça tornando-se mãe. Ver: Beato Padre Vitor (2020).

aguardado com ansiedade pelos habitantes da região Sul do Estado de Minas Gerais que o tratam como um ex-escravo que atingiu a condição de santidade.

No século XIX, a região onde viveu Padre Vitor se caracterizava pelo uso intenso da mão de obra escrava e como polo de resistência a abolição da escravidão. Essa situação nos levou a perguntar: como foi possível o estabelecimento da santidade de um homem negro em uma região com essas características?

Portanto, o objetivo desse artigo é investigar a trajetória de padre Vitor procurando destacar sua atuação como professor e padre como elementos que concorreram para a construção de sua imagem como um homem santo.

Para o encaminhamento dessa questão utilizamos uma documentação que possibilitou a análise de diferentes aspectos de sua trajetória. Em meio a essa documentação destaca seu registro de batismo e censos populacionais; registros relativos à sua condição de professor público e jornais que registraram a sua atuação como diretor do Colégio Sacra Família. Utilizamos também relatos de pessoas que conviveram com ele e deixaram registros relativos a essa experiência, destacadamente o livro *Minhas recordações*<sup>3</sup>, de Francisco de Paula Ferreira Rezende (1987) que foi companheiro de padre Vitor na escola primária; e também a obra de João de Abreu Salgado (1968) que foi seu aluno na Escola Normal tornando-se, em 1946, seu primeiro biógrafo: *Magnus Sacerdos - Cônego Francisco de Paula Vitor*<sup>4</sup>.

Mobilizamos essas fontes para caracterizar diferentes momentos da vida de padre Vitor com ênfase nas variações que seu nome recebeu em diferentes momentos de sua trajetória. No Brasil do século XIX, o nome era uma experiência vaga e fluída que não era ainda expressão de uma identidade civil podendo, com isso, sofrer transformações dentro do contexto social<sup>5</sup>.

Em alguns casos, a produção da identidade civil se dava em meio às diferentes experiências sociais e as variações do nome podem ser tomadas como uma expressão desse movimento. Esse é o caso de nosso personagem que nasceu

---

<sup>3</sup> O livro *Minhas recordações* foi escrito no final do século XIX, sua primeira publicação ocorreu em 1944, na Coleção Documentos Brasileiros. Seu autor nasceu em Campanha/MG, em 1832, formou-se em direito, em São Paulo, ocupando o cargo de juiz em algumas cidades mineiras. Foi fazendeiro na cidade de Leopoldina/MG e também teve destacada atuação política ocupando o cargo de deputado na assembleia provincial (1864-1865), vice-governador de Minas, em 1890, e ministro do Supremo Tribunal, cargo que ocupou no início do período republicano, nos anos de 1892 e 1893, ocasião em que veio a falecer. Neste artigo utilizamos uma versão da obra que foi impressa em 1987 pela Imprensa Oficial de Minas Gerais.

<sup>4</sup> João de Abreu Salgado (1888-1961) foi aluno de padre Vitor, na Escola Normal de Três Pontas/MG. A primeira edição de sua obra ocorreu em 1946, com objetivo de produzir um relato em relação aos principais aspectos da vida santa que teve padre Vitor. Para isso, seu autor utilizou como referência suas lembranças e também a memória que sobre ele foi produzida pela população da cidade de Três Pontas.

<sup>5</sup> Essa realidade tem paralelo com aquela que é apresentada por Phillippe Ariès (1978) em relação às sociedades pré-modernas da Europa.

‘Francisco’, em seguida o encontramos na escola como ‘Francisco de Paula Vitor’, por fim, morreu como ‘Padre Vitor’ designação que se fixou em relação à sua memória no campo social.

Procuramos também operar fora daquilo que foi caracterizado por Chalhoub e Silva (2009) como ‘paradigma da ausência’, ou seja, um processo de entendimento que não reconhece negros e escravos como sujeitos tratando-os como seres coisificados, incapazes de pensamentos e ações próprias. Indivíduos cuja escravidão teria aniquilado suas vidas e sua cultura, restando-lhes a fragmentação e o vazio produzido por uma dominação inexorável.

Diferentemente dessa perspectiva retratam o padre Vitor como um indivíduo que percorreu uma trajetória singular dentro do universo representado pelo século XIX, período em que a população negra agia a partir de possibilidades e perspectivas que estavam circunscritas pelos significados impostos pela experiência da escravidão.

## **FRANCISCO: ENTRE A MÃE E A MADRINHA**

Padre Vitor nasceu em 1827, na cidade de Campanha, ocasião em que foi registrado no livro de batismo com o nome de “Francisco: aos vinte de Abril de mil oitocentos e vinte sete o Pe. Manoel Antonio de licença baptisou solenemente a Francisco filho natural de Lourença Maria de Jesus; forão padrinhos Felicianno Antonio de Castro por Procuração que apresentou seu Irmão José Antonio de Castro, e D. Marianna de Santa Bárbara Ferreira” (Arquivo da Cúria de Campanha, 1827).

No Brasil, no século XIX, o registro de batismo era um documento bastante impreciso, cumpria uma função importante, mas era elaborado a partir de informações muito simples (Gudeman & Schwartz, 1988). É dentro dessa ordem de simplicidade que se revela o registro de ‘Francisco’ no qual não encontramos o nome do pai ou informações mais específicas sobre sua mãe.

Na verdade, o documento traz poucas informações sobre os indivíduos envolvidos no rito. As informações mais detalhadas são relativas a Felicianno Antonio de Castro que no ato se fez representado pelo irmão; encontramos também informações mais detalhadas sobre Marianna de Santa Barbara Ferreira que tinha nome e sobrenome e recebeu a distinção de ter o acréscimo do termo ‘Dona’(D.) ao seu nome.

Os indivíduos que foram apresentados no registro de batismo tomaram parte do evento que introduziu ‘Francisco’ no ordenamento religioso católico. Mas, talvez o seu significado mais profundo e decisivo se manifeste do ponto de vista civil no qual podemos encontrar uma estratégia orquestrada pela mãe de ‘Francisco’, Lourença, que usou esse rito para construir uma rede de proteção capaz de favorecer seu filho.

Lourença era uma mulher negra que tinha uma posição social frágil dentro da Vila de Campanha, local onde a encontramos como agregada em um domicílio que era chefiado pelo alfaiate Camilo Rodrigues da Fonseca, como consta no registro do censo provincial de 1831 que reproduzimos abaixo no quadro 1:

Habitantes	Qualidade	Condição	Idade	Estado	Ocupação
Camilo Rodriguez da Fonseca	Pardo	...	31	Casado	Alfaiate
Cacimira Morieira	Pardo	...	29	Casada	Costureira
Francisco	Pardo	...	5	Solteiro	...
Emidio	Pardo	...	1	Solteiro	...
Lourença	Pardo	...	40	Solteira	Fiadeira

Quadro 1 - Domicílio de Camilo Rodriguez Fonseca

Fonte: Arquivo Público Mineiro (1831).

No registro do domicílio encontramos 'Francisco' com cinco anos de idade. Ele estava acompanhado por sua mãe, que na ocasião tinha 40 anos. Temos, ainda, outra criança que também era filho de Lourença, Emídio, que tinha apenas um ano de idade. O conjunto de indivíduos listados no domicílio não é acompanhado por nenhum registro que indique uma relação de parentesco entre eles, exceto os dois primeiros membros que foram assinalados como em matrimônio. Contudo, sabemos pelo registro de batismo que Lourença era a mãe de 'Francisco', de outro lado o nome de Emídio está associado ao de padre Vitor como irmão em alguns documentos revelando, portanto, que seguiram juntos em diferentes momentos da vida.

Lourença foi registrada como solteira, ou seja, tratava-se uma mulher que conduzia sua vida junto como dois filhos que com ela viviam em um domicílio que era comandado por um casal. Ela era uma mulher livre que vivia como agregada nesse domicílio, pois sua ocupação tem relação com as atividades exercidas pelo casal. Esses exerciam atividades que podem ser entendidas como complementares, o mesmo pode ser dito em relação à Lourença que era fiadeira em uma moradia onde atuavam uma costureira e um alfaiate. Essa complementariedade dos ofícios era uma das características fundamentais dos domicílios pré-modernos que funcionavam como espaço de moradia e unidade de trabalho (Laster, 1984).

Lourença e seus filhos eram agregados nesse domicílio porque lá os encontramos assinalados como pessoas de condição livre sem qualquer indicativo que houvesse parentesco com o casal que chefiava a moradia.

Aliás, a única relação de parentesco que se sobressai dentro da trajetória de 'Francisco' foi aquela estabelecida em seu registro de batismo que o vinculou a uma mulher que passou a desempenhar papel central em seu processo de formação.

Essa mulher é ‘Dona Mariana de Santa Bárbara Ferreira’ que figura como madrinha no registro de batismo do pequeno ‘Francisco’. A ação da madrinha indica os desdobramentos da estratégia que provavelmente foi projetada por Lourença, ou seja, utilizar o batismo, ou compadrio, para estabelecer relações com pessoas de grupos socialmente bem posicionados para criar uma rede de proteção capaz de proteger seu filho.

Não é possível avaliar o nível de relação entre a mãe e a madrinha de ‘Francisco’, mas não há dúvida que o batismo enquanto mecanismo de proteção obteve êxito. De acordo com relato de Ferreira Rezende (1987), que foi colega de ‘Francisco’ na escola elementar, ele era

Filho natural de uma mulher que nada possuía, teve a felicidade de achar uma madrinha, que ainda tomava um pouco a sério esse parentesco espiritual; e que por isso, embora não fosse rica, o levou para a sua casa e lhe deu toda a educação que na Campanha se podia dar a um menino que não se destinava aos ofícios mecânicos. Ele pôde, desta sorte, aprender as primeiras letras, o latim; e finalmente a música, da qual se não chegou a saber muito soube pelo menos o quanto era bastante, para que ele pudesse cantar nas igrejas com sua voz de baixo profundo.

Segundo Gudeman e Schwartz (1988, p. 48), o compadrio tinha dimensão espiritual e também secular, o que fazia dele um instrumento importante na construção de alianças entre grupos com alguma posição de assimetria social.

O compadrio é uma maneira de vincular pessoas entre si. É um sistema de relações espirituais que emana da Igreja. Embora o compadrio esteja projetado no âmbito social, como instituição nunca perde seu fundamento e ressonância espirituais. Na prática, o compadrio se soma a outros tipos de alianças, e esse complexo global do sagrado e do secular determina quem é selecionado para integrar a relação.

Gudeman e Schwartz (1988) analisaram relações de compadrio no interior da Bahia, no final do século XVIII, constando alguns procedimentos comuns em relação a essa instituição: escravos serviam de padrinhos para escravos; escravos não serviam de padrinhos para livres; livres serviam de padrinhos para escravos; livres serviam de padrinhos para os nascidos livres. O compadrio podia ser acionado para reforçar a relação de pessoas que se encontravam em posição de igualdade - como escravo/escravo, livre/livre - ou ser mobilizado como uma possibilidade de proteção entre grupos sociais em situação de desigualdade.

Constatamos essa relação de assimetria entre Lourença e ‘D. Mariana’, pois, embora fossem elas duas mulheres livres, ocupavam lugares sociais muito distintos.

A primeira evidência da diferença de lugar social entre as duas mulheres aparece no batismo, no qual encontramos o acréscimo da condição de ‘Dona’ no nome de Mariana de Santa Barbara Ferreira, esse era um procedimento típico de tratamento das mulheres brancas (Fonseca, 2009). Em muitas ocasiões somente essas mulheres recebiam esse elemento como parte constitutiva do nome, ou era utilizado como uma forma de dar uma distinção a mulheres negras que, por algum motivo, eram tratadas como brancas.

Parece que esse era o caso de ‘D. Mariana’. É o que podemos constatar quando consideramos a forma como ela aparece no censo provincial de 1831.

Habitantes	Qualidade	Condição	Idade	Estado	Ocupação
Liberato José Tiburcio	Pardo	....	31	Casado	Carreiro
Mariana Barbara Ferreira	Pardo	...	30	Casada	....
Antonio	Pardo	...	11	Solteiro	Na escola
Francisco	Crioulo	Escravo	26	Solteiro	Sapateiro
Rozária	Crioulo	Escravo	31	Solteira	Cozinheira
Margarida Criolla	Crioula	Escravo	12	Solteira	Costureira

Quadro 2 - Domicílio de Liberato José Tiburcio

Fonte: Arquivo Público Mineiro (1831).

‘D. Mariana’ aparece aqui com um nome relativamente distinto daquele com o qual apareceu no registro de batismo, ou seja, sem o ‘de Santa’ (Quadro 2). Foi assinalada como uma mulher parda, livre, reconhecida em situação de matrimônio legítimo com Liberato José Tiburcio, também pardo. Com ele, teve um filho que se chamava Antônio que tinha 11 anos de idade que frequentava a escola de primeiras letras. A legitimidade do casamento e a frequência do filho à escola eram elementos que indicavam o *status* dessa família negra. A isso podemos acrescentar ainda a posse de três escravos que também aparecem no domicílio. Portanto, não resta dúvida quanto ao fato de que ‘D. Mariana’ ocupava um lugar social que lhe conferia prestígio.

A posição social ocupada por ‘D. Mariana’ pode ser entendida como elemento decisivo para sua convocação a fim de ocupar o lugar de madrinha do filho de Lourença.

Na verdade, ‘D. Mariana’ era um perfeito contraponto do lugar social ocupado pela mãe de ‘Francisco’: Lourença era uma mulher negra, de 40 anos, sem registro de uma relação conjugal legítima, mãe de duas crianças que não possuíam referência de paternidade; seu espaço de moradia era um domicílio onde vivia como agregada ocupando a função de fiadeira. ‘D. Mariana’, por sua vez, era o contrário de tudo isso: casada, sem o registro de nenhuma ocupação, vivia na companhia do marido, do filho e de três escravos que eram de sua propriedade.

Para Lourença convocar ‘D. Mariana’ para ocupar o lugar de madrinha de ‘Francisco’ representava a construção de uma aliança com um grupo com o qual guardava proximidade e distância, ou seja, ‘D. Mariana’ era negra como Lourença - ambas foram registradas como pardas - mas possuía um nível mais elevado de ‘estabilidade social’.

Portanto, a união através do compadrio representava a relação entre duas mulheres negras que ocupavam lugares sociais absolutamente distintos, gerando, sobretudo, para Lourença e sua prole a possibilidade de amparo no processo de afirmação no espaço social.

A relação de compadrio foi um elemento decisivo na trajetória do filho de Lourença, sobretudo no que se refere ao seu processo de escolarização. Todas as referências em relação ao processo de formação de ‘Francisco’ são sempre atribuídas a ‘D. Mariana’. Lourença está completamente ausente das narrativas relativas à experiência de vida de seu filho, quando aparece é sempre retratada como uma mulher negra da qual não se sabe precisamente a natureza de sua condição, ou seja, se era livre ou escrava.

A ação de ‘D. Mariana’ na trajetória de ‘Francisco’ foi tão decisiva que coloca mesmo em questão a natureza da relação entre madrinha e afilhado. Esse é o caso do relato de João de Abreu Salgado (1968,) que chegou a insinuar que além de ser sua madrinha ela era também sua senhora, ou seja, o compadrio seria na verdade parte de uma relação entre a senhora e seu pequeno escravo.

Salgado (1968, p. 08, grifo nosso) cogita que foi por ser proprietária e protetora de ‘Francisco’ que ‘D. Mariana’ teve a capacidade de decidir o curso da vida de seu afilhado/escravo: “Não se sabe se Francisco de Paula Vítor nasceu escravo. Sua protetora, ‘talvez sua senhora’, cuidou da sua educação, alfabetizando-o; e, como mostrasse ele facilidade de aprender, destinou-o à carreira sacerdotal, quiçá em cumprimento de um voto”.

Ao descrever as características do compadrio, Gudeman e Schwartz (1988, p. 42) assinalam uma incompatibilidade entre essa instituição e a escravidão, ou seja, uma visava proteção espiritual e outra dominação, elementos que as colocavam em oposição.

Os senhores detinham o direito sobre a energia de trabalho de seus escravos; eles tinham o direito de disciplinar, vender, desfazer-se e matar seus escravos [...] se o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro significava subserviência.

O senhor que apadrinhava um escravo estabelecia com ele uma relação espiritual que minava a relação de dominação necessária ao exercício da escravidão. Dessa forma, Gudeman e Schwartz (1988) entendem que havia incompatibilidade

entre as duas instituições e indicam a dificuldade de se encontrar registro que assinalem a relação de compadrio envolvendo senhores e escravos.

Essa incompatibilidade na relação entre senhor/escravo é um elemento que nos leva a desconfiar da suspeita levantada por Salgado (1968) quanto ao fato de que 'D. Mariana' fosse senhora de 'Francisco'. Por outro lado, não podemos deixar de reiterar que não encontramos nenhum registro que efetivamente apontasse a condição de 'Francisco' como escravo, nem tampouco de sua mãe; ao contrário, os documentos que encontramos indicam que se tratava de pessoas de condição livre. Mas, nunca podemos deixar de destacar que no imaginário brasileiro todo negro é concebido como escravo.

Outro aspecto interessante em relação à 'D. Mariana' é o fato de que nas narrativas construídas em relação à trajetória de padre Vitor ela é sempre tratada como uma mulher branca. No imaginário construído em relação a padre Vitor, sua mãe - que era uma mulher negra livre - é frequentemente devolvida ao cativeiro sendo retratada como escrava. Sua madrinha, ao contrário, que era uma mulher negra que tinha uma posição social de relativo destaque é, com frequência, 'promovida' à condição de mulher branca.

'D. Mariana' era, na verdade, uma mulher negra que tinha posses e que demonstrava relação de proximidade com instituições de caráter civilizatório como a escola. Esses elementos indicavam seu pertencimento a um grupo familiar 'estável' e nitidamente organizado, ideia que encontra alguma resistência no imaginário que existe em relação aos negros no Brasil, sobretudo no século XIX<sup>6</sup>.

Esses elementos determinaram que os biógrafos de padre Vitor a retratassem como uma mulher branca, generosa e destemida no enfrentamento dos preconceitos do seu tempo. É dessa forma que foi retratada no livro de Gaetano Passarelli (2013), *Francisco de Paula Victor: o apóstolo da caridade*, uma versão romanceada da vida de padre Vitor<sup>7</sup>.

Nessa narrativa, 'D. Mariana' é apresentada como uma descendente direta dos portugueses que se casou com um índio e com ele teve um filho mestiço. Para Passarelli (2013, p. 30), ela

Não tinha preconceitos racistas como grande parte dos imigrantes portugueses. Ela teve muitos pretendentes de Campanha e também da alta sociedade da época, mais afortunados que ela, mas, em 1811, aos dezesseis anos de idade, dona Mariana Barbara Ferreira decidiu que o homem de sua vida era o índio Liberato José Tibúrcio, cinco anos mais velho, tendo sido inúteis os argumentos e ameaças que lhes foram feitas [...]

---

<sup>6</sup> O tema relativo à precariedade da organização das famílias negras e escravas vem sendo cada vez mais desmistificado pela historiografia brasileira, sobretudo após ao estudo seminal promovido por Slenes (1999).

<sup>7</sup> O nome de padre Vitor às vezes é grafado com o acréscimo da letra 'c': 'Victor'.

Passarelli (2013) descreve ainda uma situação em que ‘D. Mariana’ se posicionou fortemente contra o preconceito racial de um professor que apresentava restrições para alfabetizar ‘Francisco’ por ele ser negro. Diante de tal fato, ‘D. Mariana’ descreve da seguinte forma o seu grupo familiar para o professor preconceituoso: “- Nesta casa o patrão é um índio, a patroa é branca, o filho é mestiço [...] somos todos criaturas de Deus! Ou não?” (Passarelli, 2013, p. 13).

O mecanismo mais eficaz de desqualificação dos negros dentro das narrativas históricas é a sua redução à condição de escravo. No Brasil, essa foi uma fórmula eficaz de reificação dos negros na construção de um imaginário social que opera a partir de uma associação entre ser negro e ser escravo (Chalhoub & Silva, 2009).

Por outro lado, quando os indivíduos negros não se adequam perfeitamente a essa operação de reificação, eles tendem a ser suprimidos das narrativas, como ocorreu com Lourença, a mãe de padre Vitor, que é absolutamente marginalizada nos relatos sobre seu filho. O mesmo se verifica em relação a ‘D. Mariana’ que é tida como a mentora de padre Vitor, mas, foi transformada em uma mulher branca. Na verdade, transformada em uma ‘descendente direta dos portugueses’, que se casou com um índio e foi protetora de um negro que por ela foi destinado à fé e ao sacerdócio.

Os elementos que sustentam a narrativa de Passarelli (2013) operaram uma transmutação dos personagens com a finalidade de demonstrar a grandiosidade da trajetória percorrida por padre Vitor na construção da sua santidade. É isso que determinou a transformação de ‘D. Mariana’ em portuguesa, seu marido – Tiburcio - em índio e o afilhado em um negro predestinado à santidade. Com isso, podemos inscrever a narrativa de Passarelli (2013) dentro de um quadro de reedição do mito das três raças: ‘uma metáfora onde brancos e índios apadrinham a raça negra em um pacto secular e espiritual de redenção através da santidade’.

A relação entre ‘D. Mariana’ e Lourença era assimétrica do ponto de vista social, mas pode ser pensada como parte de uma aliança entre mulheres negras no enfrentamento do preconceito racial. No entanto, quando a condição dessas mulheres é modificada nos relatos de biógrafos e memorialistas - uma era devolvida à escravidão e outra transformada em branca - desaparece a possibilidade de se ver os laços de solidariedade entre elas. O que resta são as assimetrias sociais e o caráter das relações paternalista que tradicionalmente as alimentam e inspiram.

Quando olhamos essas mulheres a partir do lugar social que ocuparam dentro da hierarquia racial que vigorava em Campanha é possível entender a relação entre elas como parte de um movimento de respostas à discriminação racial que vivenciavam, pois, embora ocupassem lugares sociais distintos, ambas experimentaram o preconceito.

‘D. Mariana’ havia conquistado uma posição social que lhe conferia algum prestígio, mas isso não a isentava de enfrentar a discriminação. Isso fica claro no

depoimento que Ferreira Rezende (1987, p. 189) que registrou sobre o quadro de relações raciais de Campanha.

Assim, conheci na Campanha algumas famílias de pardos, muito respeitáveis, e que pela sua posição e fortuna reuniam todas as condições para pertencerem a classe superior. E com efeito, essas famílias eram muitas vezes convidadas para o baile dos brancos. Mas eram convidadas e se quase nunca deixavam de aceitar o convite, isto não quer de modo algum dizer que lá fossem para dançar ou tomar parte no baile; porque na realidade o que se dava é que elas apareciam nesses bailes unicamente para ali figurarem como simples espectadores, ou para lá irem, como vulgarmente se diz, fazer o papel de simples placas apagadas.

Ferreira Rezende (1987) foi contemporâneo de 'D. Mariana' em Campanha, entre os anos 1830 e 1840. Ela certamente se encaixa perfeitamente no perfil que ele traça em relação aos denominados 'pardos muito respeitáveis de posição e fortuna que reuniam as condições para pertencerem a classe superior'. Contudo, ele indica muito claramente a distância social entre os denominados pardos e os brancos assinalando a força da discriminação e sua capacidade de manifestação nas atividades mais elementares da sociedade campanhense.

Diante disso, é possível pensar que esses indivíduos produziam estratégias de enfrentamento dessa situação. Nesse universo o processo de formação de padre Vitor pode ser contabilizado como algo que caminha em direção a um movimento de enfrentamento e resistência a ordem social estabelecida.

'D. Mariana' foi responsável pela escolarização de padre Vitor e, conseqüentemente, por seus estudos como seminarista. Nos anos de 1840, o encontramos como aluno da escola de instrução elementar. Nela, ele partilhou os bancos escolares com Ferreira Rezende (1987) que apresenta da seguinte forma o seu companheiro de escola elementar:

Eu, porém, não posso deixar de com eles mencionar um (aluno), que pouco antes havia saído da escola; e que foi ainda o primeiro amigo que tive, e que felizmente ainda conservo. Naturalmente feito para o bem e para a paz, não havia na escola um só menino que o não estimasse e não lhe quisesse muito; e como não era inimigo de ninguém, ele não queria também que os seus amigos fossem inimigos uns dos outros. Por isso, apenas aparecia uma dessas brigas ou uma dessas inimizades, que são tão comuns entre os meninos, já se sabia que ele aí vinha e que se haviam de fazer as pazes... Verdade é que uma tal casuística parece tão fácil e tão acomodatória, que se bem poderia dizer que se seu autor havia nascido para ser um grande jesuíta; pois que para alcançar o fim que tinha em vista e que ele julgava bom, não hesitava em aconselhar um perjúrio, ou que se tirasse ao juramento aquela santa

importância que este sempre deveria ter; o autor, porém, tinha tanta fé, tanta bondade, tanta franqueza e sobretudo uma tão grande falta de cálculo naquilo que praticava, que ainda mesmo que ele quisesse, não poderia ser em tempo algum um bom jesuíta. Ora, este amigo de quem falo chama-se Francisco de Paula Vitor e é hoje vigário colado na cidade de Três Pontas.

Para Ferreira Rezende (1987), já na escola, 'Francisco de Paula Vitor' apresentava característica que o aproximavam da conduta de um sacerdote. A sua humildade e generosidade eram valores que se destacavam em meio aos demais estudantes indicando claramente sua vocação para o sacerdócio. Esse relato pode ser caracterizado através daquilo que Bourdieu (1996, p. 184, grifo do autor) apresenta como um traço fundamental do que chamou de 'ilusão biográfica', ou seja, organizar a vida a partir de um ponto de convergência que procure dar um sentido para as experiências do sujeito.

Primeiramente, o fato de que a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma 'intensão' subjetiva e objetiva, de um projeto [...] essa vida organizada como uma história transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma lógica, desde um começo, uma origem no duplo sentido de ponto de partida de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que também é objetivo.

Na sua abordagem sobre a narrativa biográfica como um desafio, François Dosse (2009) destaca que o principal aspecto dessa caracterização feita por Bourdieu (1996) é a possibilidade do entendimento da relação entre o narrador e aquele que é objeto da narrativa. Dessa forma, podemos entender que Ferreira Rezende (1987) e os demais autores que trataram da trajetória de padre Vitor, o retratam como alguém que já se comportava como um sacerdote desde a sua juventude, como se isso fosse inato à sua personalidade. Em meio a essas descrições emergem alguns traços fundamentais como a humildade e capacidade de resignação frente ao preconceito e à discriminação.

Para além da ideia de uma vocação inata, ou de uma capacidade de elaboração da experiência de fé em nível mais profundo, entendemos que o direcionamento de 'Francisco de Paula Vitor' para o sacerdócio foi parte de sua escolha dentro do universo das possibilidades que estavam inscritas na sociedade onde viveu. Nesse sentido, essa opção pode ser entendida como parte do projeto de vida de um jovem negro que viu a possibilidade de mobilizar a sua fé em direção a um movimento de ascensão e reconhecimento social. Para um negro que vivia na primeira metade do século XIX essa era uma escolha possível, porém pouco provável dentro das hierarquias raciais existentes naquele período.

Dentro desse movimento emerge o seu desejo de ser padre e junto com ele o apoio decisivo de sua madrinha que utilizou sua posição social para promover uma aliança com membros do clero que poderiam auxiliar seu afilhado. Foi o que ocorreu, em 1848, quando do dom Viçoso, bispo de Mariana, visitou a cidade de Campanha.

Nessa ocasião, dom Viçoso foi interpelado por 'Francisco de Paula Vitor' e sua madrinha que apresentaram ao bispo o desejo do jovem de se tornar padre. Essa solicitação foi prontamente acolhida por dom Viçoso e logo em seguida ele tornou-se aluno do seminário de Mariana.

## **FRANCISCO DE PAULA VITOR: PADRE E PROFESSOR**

O apoio de dom Viçoso ao desejo de 'Francisco de Paula Vitor' de se tornar padre deve ser entendido dentro de um projeto amplo de disciplinar o clero e as práticas religiosas em Minas Gerais. No entendimento de dom Viçoso era necessário formar padres que demonstrassem efetivamente o desejo de atuar em acordo com os preceitos da igreja. A percepção de dom Viçoso era que, em Minas, era recorrente entre os padres uma conduta que era incompatível com as determinações estabelecidas pela igreja. Não era raro encontrar padres engajados em atividades políticas, amasiados, que empunhavam suas batinas em mesas de jogos, nas bebedeiras, enfim, que mantinham uma conduta que se encontrava longe daquilo que tradicionalmente era exigido pela igreja (Campos, 2010).

Para dom Viçoso isso era resultado da formação de indivíduos que, na verdade, não tinham nenhuma vocação para o exercício do sacerdócio. Assim, ele demonstrava o desejo de moralização do clero pela adoção de práticas compatíveis com preceitos emitidos por Roma.

Dentro desse processo não podemos desconsiderar o desejo de dom Viçoso de promover a aproximação entre a igreja e a população. Essa foi uma das iniciativas executadas por ele, sobretudo a partir da realização de várias viagens por Minas. Foi ele o primeiro bispo a visitar pessoalmente as diferentes localidades que compunham sua diocese.

Pode ser que suas peregrinações por Minas tenham lhe revelado uma das características marcantes da província: o elevado número de negros em sua estrutura demográfica. Nesse sentido, a incorporação dos negros dentro dos quadros da igreja poderia ser um elemento de aproximação com a população e a sinalização da efetiva ligação entre igreja e povo. Os negros compunham o grupo que predominava na estrutura demográfica de Minas, dessa forma incorporar elementos desse grupo ao clero permitiria uma aproximação da igreja com boa parte do público que por ela era atendido em Minas Gerais.

Nessa perspectiva, o desejo de ‘Francisco de Paula Vitor’ pode ser tomado como um elemento que se ajustava ao projeto de romanização<sup>8</sup> preconizado por dom Viçoso que, entre outras coisas, foi colocado em curso no processo de remodelação pelo qual passou o Seminário Nossa Senhora da Boa Morte, em Mariana, a partir de 1845.

Para chegar ao seminário, ‘Francisco de Paula Vitor’ foi capaz de mobilizar uma rede de apoio em torno do seu desejo de se tornar padre. Obteve o apoio de dom Viçoso, de sua madrinha e de algumas pessoas de Campanha que, segundo Ferreira Rezende (1987), promoveram uma arrecadação de fundos que permitiram sua ida para o seminário, em 1849.

Segundo Abreu Salgado (1968, p. 09) quando ‘Francisco de Paula Vitor’ ingressou no seminário despertou a ira e o descontentamento dos colegas que se recusavam a conviver em situação de igualdade com um negro. Esses o tratavam como um escravo. Foi através da resignação diante dessa situação que ele se impôs aceitando com perfeita submissão os desmandos dos estudantes do seminário.

- Francisco, traze água, ordenava um estudante.
- De boa vontade, respondia.  
E trazia água.
- Francisco, escova as minhas botinas, mandava outro.
- Sim, senhor. É para isso mesmo que eu vim aqui, respondia.  
E escovava as botinas.
- Francisco, estende a minha cama.

O estudante preto, sem nenhuma relutância, dava execução às recomendações recebidas. Essa docilidade valeu-lhe logo o afeto de todos os seminaristas, que passaram a considerá-lo. Já ninguém se envergonhava de sua companhia, e todos com ele ombreavam fraternalmente.

No Seminário Nossa Senhora de Boa Morte, ‘Francisco de Paula Vitor’ obteve a formação que desejava e que foi concebida por dom Viçoso como necessária à formação de um clero comprometido com a igreja e sua missão junto ao povo. Ele certamente correspondeu às expectativas de seu protetor, pois, em 1852, foi indicado para ser o vigário da paróquia de Três Pontas, cidade situada no sul da província de Minas Gerais.

---

<sup>8</sup> “Vale notar mais uma vez que, quando falamos em romanização ou reforma ultramontana, nos referimos ao fechamento e a maior ortodoxia que Roma trabalhava para todo o orbe católico em seu conflito contra o século XIX. Tal projeto objetivaria o fortalecimento da hierarquia eclesiástica que se queria autônoma nos assuntos internos à religião, submissos apenas às diretrizes do Papa; de onde partiriam as determinações de ação e estruturação do clero e da forma de como se queria o culto da religião” (Campos, 2010, p.146).

Em uma carta enviada a uma das autoridades políticas de Três Pontas, dom Viçoso teceu considerações sobre as virtudes de seu pupilo. Procurou destacar essas virtudes contrapondo-as aquelas que eram apresentadas por sacerdotes que, segundo ele, não eram dotados das qualidades necessárias para orientação espiritual do povo. Esses eram indivíduos que se tornaram padres, mas, na verdade, não foram chamados por Deus.

Fico muito antecipado sobre o que V. Mercê me diz sobre pretendentes a Vigararia de Três Pontas, ainda que não me indica os nomes. Deus lho pague. Êle seja bendito. Estou muito antecipado e de cautela contra ordinandos e Vigários que Deus não chama. Aí vai pois um que não é pretendente [...] Vamos ao caso. O Pe. Francisco Ferreira [sic] de Paulo Victor, com o seu exterior escuro encobre uma alma pura. Quero que, com suas boas palavras, V. Mercê faça qualquer reparo que essa boa gente faça nas côres dele [...] (*apud* Silva Neto, 1965, p. 201).

Essa carta foi encaminhada por dom Viçoso a Antônio Rabelo e Campo, político influente na cidade. Tratava-se de uma figura com poder e prestígio político na região por isso dom Viçoso recorreu a ele para que intercedesse junto às pessoas da cidade que certamente teriam resistência em receber um padre negro.

Dom Viçoso foi decisivo na formação e na condução de padre Vitor como vigário de Três Pontas. Utilizou sua autoridade e sua influência política para criar uma rede de proteção capaz de quebrar o preconceito e a resistência da comunidade em relação ao pertencimento racial do novo vigário.

A chegada de 'Padre Vitor' a Três Pontas remonta a um período em que estava em vigor a escravidão. Era um momento em que, no Brasil, estavam sendo encaminhadas as primeiras medidas que efetivamente foram responsáveis pelo desmantelamento do trabalho escravo, entre elas o fim do tráfico de africanos, em 1850. Isso indica que havia uma relativa estabilidade da escravidão, situação que ia de encontro às preocupações de dom Viçoso quanto ao preconceito racial como algo que dificultaria o estabelecimento do novo vigário.

Quando consideramos a situação da região Sul da província de Minas em relação a sua composição racial e o lugar que cada grupo ocupava em sua estrutura social temos uma dimensão clara das dificuldades enfrentadas por 'Padre Vitor'. Ferreira Rezende (1987, p. 184) apresenta considerações específicas em relação a isso a partir de uma descrição da relação dos diferentes grupos raciais, ou classes - como disse ele - com suas respectivas manifestações religiosas.

Para dar disto uma ideia, eu vou contar a vida dessa [sic] diferentes classes (raças) tal qual eu ainda pude alcançar e conhecer. E como onde a desigualdade mais depressa desaparece ou menos se observa, é na religião e

no prazer; é sobre estes dois pontos que principalmente insistirei. Assim, eu não direi simplesmente que não havia naquele tempo uma verdadeira igualdade perante a religião; porque essa igualdade foi coisa que nunca existiu e que ainda hoje não se observa; mas direi que naquele tempo a desigualdade ou que a distinção das classes era de tal natureza que não só cada uma das classes procurava ter sempre a sua igreja própria; mas que ainda os próprios santos pareciam não pertencer a todos.

Campanha e Três Pontas eram cidades do sul de Minas que estavam próximas do ponto de vista espacial e também sociocultural. Com isso, podemos dizer que a descrição que foi feita por Ferreira Rezende (1987), em relação à primeira, contempla a realidade racial e religiosa da segunda. Portanto, podemos projetar as dificuldades que ‘Padre Vitor’ enfrentou para se estabelecer como sacerdote, pois se os diferentes grupos raciais frequentavam igrejas distintas podemos imaginar a situação gerada por um padre negro à frente da principal igreja da cidade.

Era natural o retraimento dos trespontanos ao receberem o Padre Francisco de Paula Víctor, como vigário de sua paróquia. Existia ainda na cidade o sentimento de casta. O escol se compunha de descendentes imediatos de portugueses, com a preocupação de não se confundirem com a gente de cor (Salgado, 1968, p.24).

Tudo isso revela também uma dimensão da conquista produzida por ‘Padre Vitor’ dentro do universo social do século XIX. Certamente não foi fácil para um negro trilhar o caminho que possibilitou sua inserção nos quadros da igreja assumindo a condição de sacerdote em uma região onde havia uma rígida estrutura hierárquica entre os grupos raciais.

‘Padre Vitor’ trilhou esse caminho, assumiu a paróquia de Três Pontas e se consolidou como sacerdote. Em 1874, foi publicado o *Almanach Sul-Mineiro* trazendo informações sobre as diferentes localidades que compunham a região Sul de Minas (Veiga, 1874). Uma dessas localidades é a cidade de Três Pontas, onde encontramos ‘Padre Vitor’ plenamente integrado a sua dinâmica social: foi registrado como vigário, como presidente da Sociedade Protetora da Infância Desvalida, presidente da sociedade musical São Sebastião e diretor do colégio particular Sacra Família.

Sua atuação como professor merece destaque, pois ocorreu por um longo período. Segundo o livro de registro de matrícula dos professores públicos da instrução da província de Minas, ‘Padre Vitor’ atuou como professor público de francês e latim, entre os anos de 1864 a 1885; contudo, nas atas de exames de alunos da instrução primária encontramos registros que indicam sua participação em exame de estudantes até o ano de 1888.

Sua atuação mais destacada como professor está ligada ao Colégio Sacra Família, instituição que criou e dirigiu na década de 1860 e na qual seguiu atuando até 1893. Como pode ser visto no editorial do jornal *O Trêspontano*, de 1897,

Houve tempo em que já possuímos um colégio em que se lecionavam hábil e inteligentemente todas as matérias, que constituíam preparo para todas as matérias superiores. Desse estabelecimento saíram para altas posições sociais muitos moços distintos e bem preparados: padres, médicos, juristas, farmacêuticos, deputados, senadores, presidente de estado e inúmeros professores, que ainda hoje iluminam a mocidade com conhecimentos adquiridos nessa instituição de ensino. O seu fundador e sustentador por longos anos, o venerado e virtuoso Vigário Francisco de Paula Victor [...]

O colégio funcionou em regime de internato e externato e, como registra o jornal, foi decisivo na educação da cidade. Atendeu os jovens oriundos das camadas sociais mais favorecidas e também recebia em meio ao seu alunado jovens de famílias pobres. O colégio recebia recursos públicos para o atendimento às crianças pobres, entre esses recursos encontramos aqueles que eram oriundos de uma solicitação que, em 1873, foi encaminhada pelo inspetor geral -Antonio de Assis Martins - ao presidente da província de Minas.

Pedimos recomendar a munificência Imperial a Rver. Padre Francisco de Paula Vitor, vigário desta freguesia. Este virtuoso sacerdote, há muitos anos estabelecido nesta cidade sem nenhum auxílio dos cofres públicos fundou um colégio em que se ensinam humanidades e outros preparatórios, onde acolhe grande número de moços pobre, que aliás levam de vegetar na miséria [...] no Colégio Vitor encontram gratuitamente não só a instrução necessária, mas também o vestuário, com mesa, e sobretudo o exemplo prático das mais edificantes e sólida virtudes (*apud Casadei, 1987, p. 100*).

Esse ofício foi encaminhado ao presidente da província que o encaminhou junto com outro de igual teor ao governo do Império. No ofício destinado ao imperador dom Pedro II, o presidente da província reafirmava as informações do inspetor geral sobre a importância do trabalho de 'Padre Vitor' e a solicitação do apoio para sua escola no atendimento aos pobres. No período posterior encontramos registros que atestam a presença de quatro alunos custeados com verbas públicas, em 1876, e nove alunos em 1880, todos matriculados de acordo com os benefícios concedidos pela lei 2045.

O atendimento às crianças pobres era uma das dimensões que conferia prestígio ao colégio e a seu criador, inclusive no sentido de afirmação da sua alma caridosa, algo que foi sendo permanentemente reafirmado em relação à atuação de 'Padre Vitor'.

Em 1891 encontramos registros relativos ao funcionamento do colégio demonstrando seu reconhecimento pelo jornal *O Monitor Sul Mineiro*, de Campanha/MG.

Collégio Trespontano – Recebemos um exemplar do prospecto deste estabelecimento de instrução, fundado na cidade de Três Pontas, sendo seus diretores os Rvms. Srs. Vigário Francisco de Paula Victor e padre José Maria Rabello. Além dos diretores fazem parte do corpo docente os seguintes Srs. Padre Luiz Beltrão Oliveira, Dr. Josino de Paula Brito, Antonio Vieira; capôs, José Clementino de Paulo e Candido Prado. Ao Collegio Trespontano desejamos todas as prosperidades.

A prosperidade desejada pelo jornal parece que não veio, pois esse foi um período em que a instituição passou a enfrentar dificuldades financeiras que chegaram a ameaçar o seu funcionamento. Segundo Salgado (1968), a instituição acumulou dívidas que eram suficientes para produzir o seu fechamento, isso só não ocorreu em função da mobilização da população da cidade que procurou salvar o colégio através do pagamento das dívidas.

É provável que tudo isso tenha concorrido para que, em 1893, o Colégio Sacra Família encerrasse suas atividades transformando-se em uma instituição destinada à formação de professores.

A lei de 1893, que reformou o ensino em Minas, permitiu a equiparação às oficiais, das escolas normais que as municipalidades criassem. Os vereadores da Câmara Municipal Aprígio Ferreira de Mesquita, Astolfo Ferreira de Brito e Cândido Prado tiveram a idéia de aproveitara disposição legal em bem da cidade... Padre Vítor foi o diretor e professor de prática profissional do novo instituto. Com o funcionamento da escola normal, desapareceu o colégio Sagrada Família, que, dirigido com dedicação e competência pelo nosso biografado, tanto serviço havia prestado à Educação nesta região (Salgado, 1968, p. 19).

‘Padre Vitor’ foi professor e diretor da Escola Normal de Três Pontas, foi nessa instituição que encerrou suas atividades como educador, um ciclo que perdurou por quase 50 anos praticamente coincidindo com a sua atuação como vigário.

Como padre, ele era reconhecido pela população de Três Pontas por sua humildade e dedicação, sobretudo aos pobres, alguém que tinha total desapego as coisas materiais e que estava disposto a socorrer aos mais necessitados que sempre encontravam acolhimento em sua casa.

Na verdade, foram os atributos do sacerdote associados à figura de um dedicado professor que fizeram de ‘Padre Vitor’ um homem santo. O exercício da

atividade docente criou um vínculo forte entre ele e os moradores de Três Pontas, segundo o jornal *Monitor Sul Mineiro* (1891): “A actual família três-pontana, salva algumas pessoas que vieram de fora tem em si o cunho do reflexo dos conhecimentos ministrados no tradicional Colégio Sacra-Família”.

Os que não estiveram vinculados a ‘Padre Vitor’, por meio do aprendizado dos conhecimentos difundidos por sua atuação como professor, a ele se ligaram pela sua atuação como um padre que dirigia ritos marcantes na vida das pessoas como o batismo, as cerimônias de casamentos, ou as missas pronunciadas na igreja da cidade.

Portanto, entre 1852 e 1905, ano em que morreu, boa parte da cidade de Três Pontas de alguma forma conviveu intimamente com o padre negro que foi um poderoso emissário do discurso e dos ensinamentos da doutrina católica. Sua fama foi construída a partir de uma associação entre o seu papel de padre e a figura do professor que atuava como agente moral pela difusão da civilização e da cultura: “[...] a dedicação sacerdotal, o critério e, sobretudo, a atuação como professor, criaram consideração ao padre preto, que, tempos depois, gozava da alta estima dos trespontanos” (Salgado, 1968, p. 24).

Não podemos nos esquecer que o sacerdócio de ‘Padre Vitor’ ocorreu em um momento conturbado do século XIX, no qual se encaminharam as discussões relativas à abolição da escravidão. De outro lado, também não podemos esquecer que, nesse período, o sul de Minas era uma zona de expansão da economia cafeeira e um dos polos de defesa da escravidão.

Nesse contexto, a condição racial de ‘Padre Vitor’ e sua autoridade religiosa tendiam a ser visto como elementos em conflito que colocavam em risco a hierarquia racial estabelecida pela escravidão. É o que sugere o depoimento de Teodósio Bandeira, discípulo de ‘Padre Vitor’ e ex-prefeito da cidade que, em 1956, deixou o seguinte registro no jornal *Voz Diocesana* (1965):

A recém-criada Vila de Três Pontas, o que ocorrera em 1842, andava entusiasmada e cheia de progresso. Qual não foi a surpresa geral da população, ao receber, em substituição ao fidalgo e alinhado cônego Bernado, um novo vigário, - preto, beicudo e tardo no expressar-se... Além disso, era, essa nomeação de Padre Vitor, um motivo para insubordinação da massa de escravos – que se sentiram estimulados à indisciplina, vendo na chefia da paróquia um membro de sua raça desprezível.

Não encontramos registros que indicassem a postura de ‘Padre Vitor’ em relação à escravidão. A única referência que encontramos foi narrada na obra de Salgado (1968) que registrou sua participação em uma tentativa do Fundo Emancipação de libertar dois escravos que pertenciam a um fazendeiro de Três

Pontas. Os representantes do Fundo de Emancipação apuraram a quantia necessária para indenizar o proprietário e tornar livres os dois escravos. O proprietário dos escravos não concordou com essa atitude e resolveu reaver a força os cativos que eram de sua propriedade. Para isso, reuniu um grupo de aliados que se dirigiram à cidade para atacar os membros do Fundo de Emancipação.

Segundo Salgado (1968, p. 28), quando ‘Padre Vitor’ ficou sabendo da intenção do fazendeiro se colocou na entrada da cidade para impedir a ação.

Ali Padre Vitor posta-se e espera. No momento oportuno, apresenta-se e brada: Entrem! [...] Entrem! [...] mas passem por cima do cadáver do Vigário. O bando estaca ante a espessa muralha moral, que inopinadamente se erguia para poupar a cidade de uma cena vandálica... Os organizadores do assalto baldado, gente assás digna, naturalmente, depois de calmas e bem refletir, se edificaram no grandioso lance de Padre Vitor, que lhes barrou um caminho errado.

O relato de Salgado (1968) indica que, no máximo, podemos classificar ‘Padre Vitor’ como um abolicionista comedido que procurou enfrentar a questão da escravidão dentro dos marcos estabelecidos pela lei. Ou seja, detectamos seu protagonismo apenas em relação ao cumprimento de uma dimensão relativa a um dos aspectos mais tímidos da legislação abolicionista que procurava libertar os escravos através da indenização dos proprietários.

‘Padre Vitor’ atuou como sacerdote em uma das regiões onde a escravidão ocupava lugar central no processo de expansão da agricultura, sobretudo no cultivo do café, durante a segunda metade do século XIX. Nesse cenário, a escravidão cumpria papel fundamental fazendo da região Sul de Minas um dos pontos de resistência às iniciativas abolicionistas.

Portanto, a atitude de se manter dentro dos marcos da lei, sem a manifestação de qualquer postura mais contundente em relação à escravidão foi algo que contribuiu para a perfeita harmonia entre ‘Padre Vitor’ e a comunidade de Trespontana. Fosse ele um abolicionista declarado e um defensor de medidas mais contundentes pelo fim da escravidão sua postura não encontraria amparo em meio a elite escravista. Com isso, dificilmente representaria a figura do homem caridoso, conciliador e humilde que ganhou prestígio e fama em meio a toda região Sul de Minas Gerais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A força contida na figura do professor e do padre negro que reagia diante das situações de preconceito com resignação, humildade e fé estruturou a fama de

santidade que passou a marcar a imagem de 'Padre Vitor'. Esses elementos foram acionados para construir uma representação que o retirou da dimensão do humano situando-o em um plano além dessa condição. No dizer de Gaeta (1999, p. 59),

A característica do santo é a de ser ao mesmo tempo totalmente diferente e extremamente próximo do homem, qualidades essas que são matizadas conforme as peculiaridades se apresentam. A força sobrenatural que recobre o poder de agir em benefício de indivíduos e comunidades é sinal de que alguns indivíduos foram escolhidos, isto é, que não são comuns e sim qualitativamente diferentes [...] eram indivíduos que se abstinham de todos os prazeres que os outros homens comuns desfrutavam e que, ao contrário daqueles, praticavam a castidade, o ascetismo e a pobreza evangélica.

Segundo Gaeta (1999), ato da mortificação é parte da lógica que estrutura a construção do mito da santidade, pois o corpo santo é retratado como elemento capaz de resistir ao processo de putrefação que marca a experiência de finitude dos seres humanos.

É exatamente dentro dessa ordem de excepcionalidade que Salgado (1968, p. 35) retrata o rito de morte de 'Padre Vitor': "O passamento se deu às 22 horas do dia 23, e o sepultamento se fez às 10 horas do dia 25. Esperaram-se pessoas amigas que telegrafaram vir assistir ao funeral; daí o aprazamento. Considerou-se sobrenatural o fato do santo, morto, permanecer 36 horas insepulto, e nenhum sinal apresentar de decomposição".

As narrativas míticas são acompanhadas pela construção de monumentos que passaram a ostentar o nome do padre, entre eles destacam-se a praça da cidade e o grupo escolar que, nas duas primeiras décadas do século XX, foram edificadas e receberam o nome de 'Padre Vitor'.

Sua fama e seu prestígio extrapolaram a cidade de Três Pontas dando origem a um culto que foi difundido por toda região Sul de Minas. Acompanha e sustenta esse culto um permanente movimento de peregrinação à cidade onde ele exerceu o sacerdócio. O dia da sua morte, 23 de setembro, tornou-se uma data de peregrinação à Três Pontas, ocasião em que os devotos vão agradecer e pedir a realização de milagres: "[...] inúmeras pessoas daqui e de fora têm recebido graças por intermédio da alma de Pe. Vitor e, em agradecimento, visitam seu túmulo e acendem velas. Assim, o 23 de setembro tornou-se o dia mais movimentado da cidade e o de maior peregrinação de forasteiros" (Jornal Município de Três Pontas, n.d.).

Por outro lado, à medida que cresceu o culto e a ideia de santidade de 'Padre Vitor', nele se fixou a imagem da escravidão. Ele vem sendo permanentemente retratado como um ex-escravo que se formou como padre e viveu como santo. É o que pode ser visto no relato de um ex-aluno da escola normal de Campanha - J. G.

Moraes Filho - que foi publicado pelo jornal *Voz Diocesana*, em 1965, 60 anos após a morte de 'Padre Vitor':

Conheci o saudoso sacerdote em 1895, na ocasião em que veio à Campanha assistir à formatura, na antiga Escola Normal, da turma de alunos precedentes à nossa e da qual fazia parte uma sua pupila – Ana Rosa – órfã de pai e mãe, por ele adotada na infância e cuja educação custeara, com a colaboração de uma família amiga [...] Ficamos então sabendo que aquele padre, 'filho de escravos africanos', era dotado de brilhante talento, aprimorado por sólida cultura, possuidor de virtudes que já lhe tinham angariado a fama de um verdadeiro santo (grifo nosso).

O mesmo se verifica no livro da novena de preparação para a festa de 'Padre Vitor', do ano de 2000, na cidade de Três Pontas:

Padre Francisco de Paulo Victor nasceu em Campanha-MG, em 12 de abril de 1827, em uma senzala (morada dos negros naquela época). Filho de Lourença Maria de Jesus, não se tem conhecimento de seu pai e nem notícias sobre seus primeiros estudos. Sabe-se que foi alfaiate, pois, segundo a classificação dos escravos, havia os que trabalhavam como pedreiros, marceneiros e alfaiates (Centro de Memória Monsenhor Lefort, 2000, p. 6).

A condição de escravo é exibida como um monumento e, nos dias atuais, está materializada na placa que se encontra diante da casa onde 'Padre Vitor' teria sido criado, em Campanha. Em visita a essa cidade, no ano de 2017, encontramos a seguinte inscrição diante de sua suposta moradia: 'nos séculos XVIII e XIX e início do século XX, Campanha era a principal cidade do sul de Minas. Nas últimas décadas foram derrubadas quase todas as suas casas originais. Nesta, uma das poucas que restaram, foi criado o ex-escravo Padre Victor, possível primeiro santo nascido no Brasil'.

O culto a 'Padre Vitor' cresceu durante todo o século XX, junto com ele se firmaram a ideia de sua santidade e sua origem na escravidão. A condição de escravo passou a ser afirmada como elemento que certificaria o caráter excepcional de sua existência. Essa teria como ponto de partida o nível social mais baixo de um indivíduo do século XIX, ou seja, aquele em que uma pessoa era reduzida a condição de objeto sendo, inclusive, permitida a sua utilização como instrumento de trabalho. De outro lado, estaria a sua vida como padre e professor toda ela vivida para amar a Deus, a comunidade e, principalmente, aos pobres. Sua existência o elevou a condição de santo. Sua santidade passou a ser fortemente difundida nas festas e nos cultos a sua imagem. Por fim, gerou um movimento de reconhecimento

dessa condição que levaria ao estabelecimento do primeiro ex-escravo que se tornaria santo, no Brasil.

Como já afirmamos, não encontramos nenhum documento que de fato registre que 'Padre Vitor' tenha nascido como escravo. Ao contrário, os registros que levantamos o apresentam como um homem negro de condição livre que foi amparado por mulheres negras que promoveram diferentes formas de aliança para sua formação. A partir disso, trilhou um percurso muito particular dentro do contexto das Minas Gerais, sobretudo do chamado sul de Minas onde havia uma forte hierarquia racial que dificultava o processo de circulação social dos negros.

Há um conjunto variado de elementos que está implicado no processo de canonização de 'Padre Vitor', entre eles gostaria de destacar o fato de que isso pode ser entendido como uma tentativa de reação da Igreja Católica em relação à acentuada perda de fiéis que vem sofrendo nas últimas décadas. Assim, a construção de 'santos nacionais' seria uma forma de criar novos canais de conexão entre a igreja e a povo.

Nesse sentido, um santo negro seria um elemento que levaria para o plano da experiência religiosa o processo de reconfiguração das relações raciais que vem ocorrendo no Brasil atualmente, que tem se destacado por um movimento crescente de protagonismo da população negra e de uma reelaboração de sua identidade como grupo social.

Contudo, é interessante destacar que nesse processo de construção da imagem de 'Padre Vitor' como um santo ele vem sofrendo um duplo movimento de negação da sua 'condição humana'. Primeiro porque, como diz Gaeta (1999), o principal elemento da santidade é sua condição de ser ao mesmo tempo próxima e distante do homem, trata-se de um entendimento sobre uma experiência de vida que projeta um indivíduo para 'além do humano'.

Mas, se a santidade representa a negação do humano a partir da sua 'superação', a ideia de que 'Padre Vitor' teve sua origem na escravidão representa a negação da condição humana a partir de seu 'rebaixamento' à condição de objeto. Trata-se de um processo de coisificação que opera a partir de um imaginário que entende que no passado brasileiro todo negro era escravo. Dessa forma, ser negro e ser escravo passam a ser entendidos como condições que são equivalentes.

Assim, 'Padre Vitor' foi 'promovido' à condição de santo e ao mesmo tempo 'rebaixado' à escravidão. Esse duplo exercício de negação da sua humanidade é fruto de um imaginário que procura acentuar os elementos que caracterizaram a sua trajetória social, ou seja, um movimento que representaria um deslocamento da condição social 'mais baixa' para um acentuado grau de 'elevação' que ocorreu a partir da experiência de fé. No movimento de deslocamento do escravo ao santo desaparece o homem e os elementos contraditórios de sua experiência dentro da sociedade brasileira, no século XIX

## REFERÊNCIAS

- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.
- Barros, S. A. P. (2015). *O Estado da arte da pesquisa em história da educação da população negra no Brasil*. Vitória, ES: SBHE.
- Bastos, M. H. C. (2016). A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (século XVI a XIX). *Cadernos de História*, 15(2), 743-768. Recuperado de: <http://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35556>
- Beato Padre Vitor*. (2020). Recuperado de: <https://padrevictor.com.br>
- Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In M. M. Ferreira & J. Amado (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (p. 183-191). Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV.
- Casadei, A. (1987). *Notícias e histórias da cidade de Campanha: tradição e cultura*. Niteroi, RJ: Gráfica Impar.
- Chalhoub, S., & Silva, F. T. (2009). Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos de 1980. *Cadernos AEL*, 14(26), 13-45. Recuperado de: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2558>
- Campos, G. M. (2010). *Ultramontanismo na Diocese de Mariana: o governo de D. Antonio Ferreira Viçoso - 1844-1875* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana.
- Cury, C. R. J. (2020). Direito a educação, escravatura e ordenamento jurídico no Brasil Império. *Cadernos de História da Educação*, 19(1), 110-148. Recuperado de: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/52699>
- Dosse, F. (2009). *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo, SP: Edusp.
- Fonseca, M. V. (2009). *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte, MG: Ed. Mazza.
- Gaeta, M. A. J. V. (1999). “Santos” que não são santos: estudos sobre a religiosidade popular brasileira. *Mimesis*, 20(1), 57-76. Recuperado de: [https://secure.usc.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis\\_v20\\_n1\\_1999\\_art\\_05.pdf](https://secure.usc.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v20_n1_1999_art_05.pdf)

- Gudeman, S. & Schartz, S. B. (1988). Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In J. J. Reis (Org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o Negro no Brasil* (p. 33-59). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Laster, P. (1984). Família e domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental. In M. L. Marcílio (Org.), *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais* (p. 137-170). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Muller, M. L. (2016). A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. In S. A. P. Barros & M. V. Fonseca (Org.), *História da educação dos negros no Brasil* (p. 395-412). Niterói, RJ: EdUFF.
- Nogueira, V. L. (2015). *População negra, escravismo e educação no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Ed. Mazza.
- Passarelli, G. (2013). *Francisco de Paula Victor: o apóstolo da caridade*. São Paulo, SP: Ed Paulinas.
- Santos, F.; Mac Cord, M., & Moreira, C. E. (2017). *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.
- Silva, A. M. P. (2000). *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília, DF: Plano.
- Slenes, R. (1999). *Na senzala uma flor: esperanças na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Schueler, A. F. M. (2016). Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In S. A. P. Barros & M. V. Fonseca (Org.), *História da educação dos negros no Brasil* (p. 191-216). Niterói, RJ: EdUFF.

## FONTES

Arquivo da Cúria de Campanha. (1827). *Livro de registro de batismo*.

(Livro 09 (LB-10), folha 62v).

Arquivo Público Mineiro. (1831). *Lista nominativa dos habitantes de Campanha*. Coleção Mapas de População (CX. 10, DOC. 19).

Centro de Memória Monsenhor Lefort. (2000). *Novena em preparação para festa do servo de Deus: Francisco de Paula Victor* (p. 06). Campanha, MG: Livro.

*Jornal Município de Três Pontas*. (n.d.). Recortes de jornal.

*Jornal O Três Pontano*. (1987, 04 de julho). Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais. Hemeroteca.

*Monitor Sul Mineiro*. (1891). n. 1079.

Rezende, F. P. F. (1987). *Minhas recordações*. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial.

Salgado, J. A. (1968). *Magnus Sacerdos - Cônego Francisco de Paula Vitor - preito à sua egrégia memória*. Três Pontas, MG: [s.n.].

Silva Neto, D. B. (1965). *Dom Viçoso: apóstolo de Minas*. Belo Horizonte, MG: [s.n.].

Veiga, B. S. (1874). *Almanach sul-mineiro*. Campanha, MG: Thypographia do Monitor Sul-Mineiro.

*Voz Diocesana*. (1965). n. 554. Centro de Memória Monsenhor Lefort.

---

**MARCUS VINÍCIUS FONSECA** é mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Beneficiário do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG. Coordenador do Grupo de Pesquisa História e Historiografia da Educação (GERAES-UFOP).

**E-mail:** mvfonseca2@yahoo.com.br  
<https://orcid.org/0000-0003-0127-5009>

**Recebido em:** 15.07.2019

**Aprovado em:** 26.03.2020

**Como citar este artigo:**

Fonseca, M. V. Padre Vitor: um educador negro entre a escravidão e a santidade. (2020). *Revista Brasileira de História da Educação*, 20. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e131>

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).